A emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)

Joana Martins
CEPESE

> "E por vários processos pode e deve o Estado intervir na esfera da emigração: por meio de leis que protejam o emigrante na sua liberdade de ação e que portanto fiscalizem a perigosa atividade dos recrutadores, agentes ou engajadores, que tantas vezes procedem de má fé".
>
> (Afonso Costa, *Estudos de Economia Nacional: o Problema da Emigração*, Lisboa, 1911)

Introdução

O PRESENTE TRABALHO, subordinado ao tema a *Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)*, faz parte da tese de mestrado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, e integra o projeto científico *A Emigração do Norte de Portugal. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político* desenvolvido pelo CEPESE, de cuja fazemos parte. Escolhemos os anos de 1876 a 1879 como balizas temporais, uma vez que este período, ainda se encontrava por investigar, no âmbito deste projeto de investigação.

O principal objetivo do presente trabalho consiste no estudo e na caracterização da emigração do Norte de Portugal para o Brasil no contexto do Sistema Internacional vigente no nosso período, abordando principalmente as experiências portuguesa e brasileira, fazendo uma análise de âmbito essencialmente quantitativo. A sua realização só foi possível, mediante o levantamento, tratamento e análise dos dados recolhidos nos *livros de registos de passaportes* do Governo Civil do Porto, dando conta do volume de efetivos migratórios que solicitaram passaporte no Governo Civil do Porto, entre 1876-1879, assim como a sua distribuição por género, estado civil, grupos etários, naturalidade, classificação socioprofissional e no final por destino.

Toda a riqueza informativa que nos é concedida através dos registos de passaportes transforma-os numa informação deveras valiosa. No entanto, não nos confinamos apenas a uma simples descrição estatística sobre os fluxos migratórios, pois, procuramos compreender os fatores explicativos e os condicionalismos endógenos, deste fenómeno, enquadrando-o na evolução tanto política como

económica, a nível internacional e nacional, que simultaneamente são fatores de repulsa e atração que potenciam e se refletem na emigração portuguesa para o Brasil no período em questão.

O Portugal da Regeneração

Os anos que selecionamos para o nosso estudo da emigração portuguesa para o Brasil enquadram-se no último quartel do século XIX, que ficou marcado por profundas alterações nas estruturas socio-económicas e no sistema dos Estado-nação da Europa.

Com a Regeneração em Portugal, iniciada em 1851, Portugal vai conhecer "um crescimento económico moderno", um lento e contínuo processo de desenvolvimento, que acabou por se repercutir, de modo positivo, em todos os setores económicos.

A partir da década de 1870, a agricultura deixa de ser o setor ativo da economia, uma vez que a indústria, embora crescendo a ritmo lento, acabou por ser motor principal do arranque da nossa economia.

Contudo, este crescimento económico que Portugal experimentou a partir de 1851, vai ser abalado pela crise de 1876, que segundo o economista da época, Rodrigues de Freitas, foi a consequência de um sistema económico e de um sistema político, visto que o sistema económico procurava dar a riqueza a quem não produzia coisas úteis, e o sistema político procurava encontrar a civilização fora do progresso moral

Ocasionada, quer pela baixa de câmbio brasileiro, quer também pela perda dos fundos espanhóis, quer pelo agravamento da má colheira de cereais, a crise de 1876 fez com que os pequenos bancos, sobretudo, do Norte de Portugal, mal estruturados economicamente, não sobrevivessem, e que a economia portuguesa conhecesse então dias difíceis.

Seja como for, com a Regeneração (1850-1891) assistiu-se a um aumento considerável da emigração com destino às Américas, principalmente, ao Brasil (e secundariamente, às Guianas e aos Estados Unidos) a revelar que este acentuado fluxo migratório, sobretudo para o Brasil, constituiu uma das consequências do desajustamento entre o aumento demográfico e a evolução da economia nacional, mas também, fruto do apelo de mão-de-obra por parte do Brasil, uma vez que, de 1850 em diante, reduziu-se fortemente o tráfico negreiro.

Legislação portuguesa em vigor durante este período

Não sendo esta questão, o tema central do presente trabalho, apenas iremos referir a legislação existente neste período. É, claramente, a partir de enão, que se assiste à proliferação do labor legislativo à volta da questão da emigração, labor cuja precocidade é, assinalável porque, apesar de se constatar uma elevada e inevitável mobilidade de pessoas no quadro do Império português, essa circulação nunca foi livre, visto que o Estado desde, pelo menos, de início do século XVIII, sempre procurou regular a colonização do Brasil.

Uma legislação que sempre parece ter sido "restritiva". Na opinião de Afonso Costa, por exemplo, "pode mesmo dizer-se que a nossa legislação sobre o assunto é toda inspirada no critério

proibitivo da emigração, de um modo indireto, por meio de passaportes, imposições e taxas, acerca da que se faz às claras",[1] apesar de, com o regime liberal se reconhecer a todos os cidadãos portugueses a liberdade de emigrar.

Como meio para combater a emigração clandestina, em 1855, publicou-se a lei de 20 de julho, – composta por treze artigos –, que visava principalmente impedir os abusos dos capitães e a proliferação deste fenómeno. No artigo 12º, o texto expressava nitidamente conter uma natureza "repressiva da emigração clandestina". Assim, estabelecia que as autoridades competentes obrigassem os comandantes das embarcações mercantes (nacionais ou internacionais) a apresentar a relação dos passageiros, com a respetiva documentação dos emigrantes à saída e à entrada dos portos. Desta forma, a lei de 1855 foi a primeira lei do regime constitucional português que procurou travar a emigração clandestina, e aquela que vigorou para a segunda metade do século XIX, cobrindo, assim, os anos que dizem respeito ao nosso trabalho.

Foi ainda publicada em 1877, a carta de lei de 28 de março, a qual, porém, não veio por em causa o essencial do conteúdo do diploma de 1855.

Defendia-se, então, que a legislação portuguesa devia ter por base, para além da liberdade de emigrar, a proteção efetiva e estável, tanto do emigrante como da sua família, a melhoria constante das condições económicas, bem como a alfabetização dos que pretendiam sair do país.

A emigração portuguesa para o Brasil (1876-1879)

A emigração, particularmente tendo o Brasil como destino, é um fenómeno estrutural da história contemporânea portuguesa. Pode ser encarada como resultado do baixo nível de vida da generalidade da população que, por sua vez, resulta de um crescimento económico lento, evidenciado pela fraca industrialização portuguesa do século XIX, sendo as atividades agrárias predominantes em Portugal. O Brasil foi desde sempre, antes e depois da sua independência, o destino preferencial dos emigrantes portugueses. Expandiu-se a noção de que ali se encontravam oportunidades raras de enriquecimento fácil, rápido e inigualável.

Esta emigração vai conhecer um significativo impulso nas últimas décadas do século XIX, fenómeno que devemos integrar na grande emigração europeia para as Américas, que se desenvolve, grosso modo, entre 1870 e 1930, incentivadas pela longa depressão europeia de 1873-1895, desencadeada pela concorrência da agricultura dos EUA e a revolução nos transportes, e travada com a crise de 1929, de origem americana, que desacelera o movimento migratório por alguns anos e, embora não o tendo interrompido, constitui o final de uma época, que as medidas restritivas dos anos de 1920 já anunciavam.[2]

Como é facilmente percetível através da observação do gráfico nº 1, podemos dividir a evolução do movimento migratório português, em três períodos distintos: o primeiro, assinalado por um

1 COSTA, Afonso. *Estudos de economia nacional: o problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

2 PEREIRA, Miriam Halpern. "A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano". *População e Sociedade*, nº 14, Parte 1, p. 41-50. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007.

decréscimo generalizado do fluxo emigratório que vai, grosso modo de 1855-1870; o segundo, caracterizado por um aumento verdadeiramente acentuado, que vai desde 1871-1887, apesar da quebra que se regista nos anos de 1876-1879; e o último, de 1888-1900, caraterizado pelo pico mais elevado da emigração portuguesa do século XIX. O Brasil e os Estados Unidos da América, destinos dominantes, funcionam como espaços de referência.

Em finais do século XIX, e de acordo com Joel Serrão,[3] 684.962 portugueses saíram do país à procura de melhores condições de vida. Este número demonstra a intensidade que a emigração portuguesa neste período conheceu.

No que diz respeito aos nossos anos, assistimos a um decréscimo do fluxo migratório, quando comparado com os anos anteriores, decréscimo esse que rapidamente é ultrapassado de 1879 em diante.

Relativamente ao universo que nos ocupa, e analisando os resultados, é-nos possível verificar que, entre 1876 e 1879, 10 681 impetrantes requereram passaporte junto do Governo Civil do Porto. Visto que neste período registamos 1 751 acompanhantes, verificamos que do total de emigrantes com destino ao Brasil (12 432), 85,92% eram titulares de passaporte, enquanto que os acompanhantes correspondem apenas a 14,08% daquele valor (gráfico nº 2).

De acordo com Joel Serrão,[4] nos anos de 1876 a 1879 assinalam-se 45 213 emigrantes, sendo que 22 296 (49,31%) escolhem o Brasil como destino.[5]

O levantamento realizado por nós neste estudo, de 12 432 emigrantes (10 681 titulares de passaportes e 1751 acompanhantes) corresponde, portanto, a 29,49% do total da emigração portuguesa neste período e a 55,76% no que diz respeito aos efetivos migratórios nacionais para o Brasil (quadro nº 1). Analisando os resultados foi-nos possível verificar que a emigração pelo distrito do Porto acompanha o movimento migratório português no período considerado, no que respeita à continuidade do histórico e tradicional fluxo para terras brasileiras, que regista quantitativos muito superiores face aos demais destinos, mantendo-se como destino de eleição dos portugueses.

Ao mesmo tempo, podemos observar que a emigração para o Brasil, em termos nacionais, nunca se situou abaixo dos 40% do total da emigração por ano, ao passo que, considerando o total da emigração nacional neste período, de 1876 a 1879, a emigração para o Brasil representa mais de 49% do seu total. No caso da emigração registada pelo Governo Civil do Porto, a emigração para o Brasil representa mais de 85% do total da emigração por ano, e mais de 93% quando quantificado o total da emigração saída pelo distrito do Porto no período compreendido entre 1876 e 1879.

Em termos representativos, verifica-se então que, entre 1876 e 1879, a emigração registada pelo Governo Civil do Porto representou mais de 25% da emigração nacional. No que respeita à emigração para o Brasil, o distrito do Porto contribuiu com mais de 55% da totalidade de indivíduos que abandonaram o país com este destino, tendo mesmo ultrapassado os 62% no ano de 1879.

3 SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

4 *Ibidem*.

5 *Ibidem*.

É importante realçar que o Brasil, no âmbito da emigração transatlântica, nesse período, representa 99,50% do total da emigração registada pelo Governo Civil do Porto para o continente americano (gráfico nº 3).

GRÁFICO 1. Distribuição da emigração legal portuguesa (1855-1900)

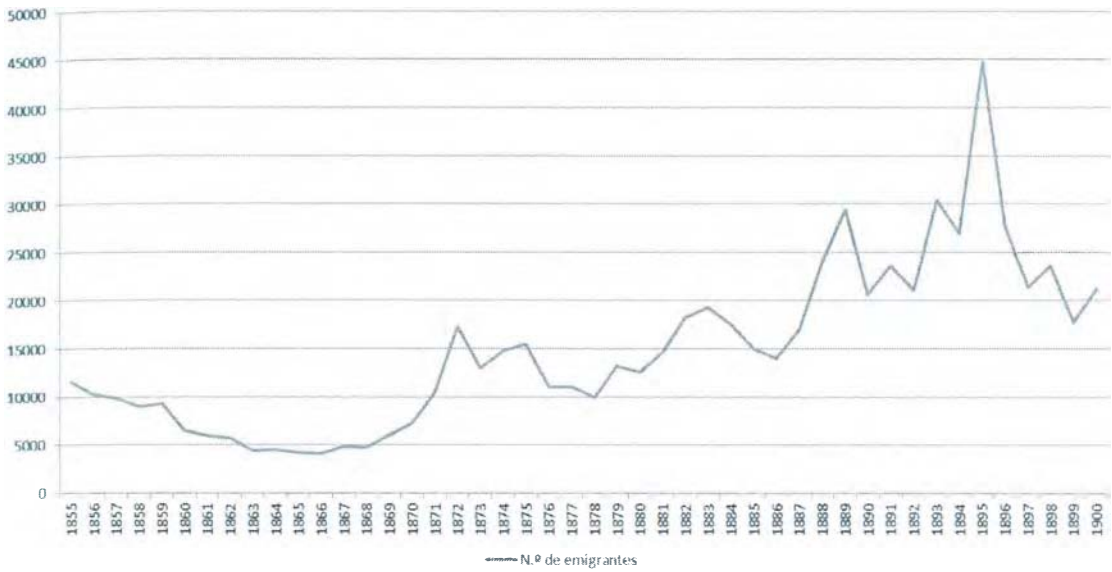
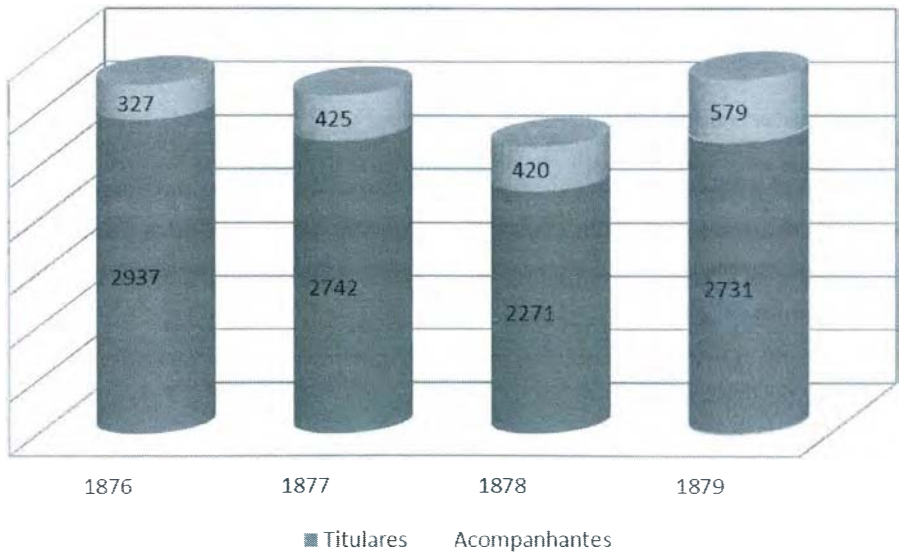


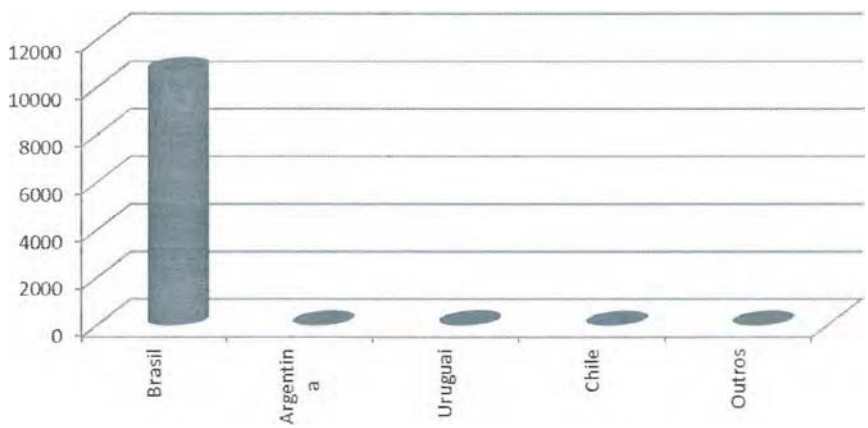
GRÁFICO 2. Distribuição anual dos emigrantes com destino ao Brasil, por titulares e acompanhantes (1876-1879)



QUADRO 1. Distribuição dos efetivos migratórios nacionais comparados com o volume dos efetivos migratórios registados no Governo Civil do Porto (1876-1879)

Ano	Emigração Nacional			Emigração Registada no Governo Civil do Porto				
	Total	Com destino ao Brasil	%	Total	Com destino ao Brasil	%	% do Total Nacional	% do Total Nacional com destino ao Brasil
1876	11 027	6 163	55,89	3 424	3 264	95,33	31,05	52,96
1877	11 054	5 907	53,44	3 390	3 167	93,42	30,67	53,61
1878	9 925	4 957	49,94	3 029	2 691	88,84	30,52	54,29
1879	13 207	5 269	39,89	3 491	3 310	94,82	26,43	62,82
Total	45 213	22 296	49,31	13 334	12 432	93,24	29,49	55,76

GRÁFICO 3. Distribuição dos efetivos migratórios registados no Governo Civil do Porto no âmbito da emigração transatlântica (1876-1879)

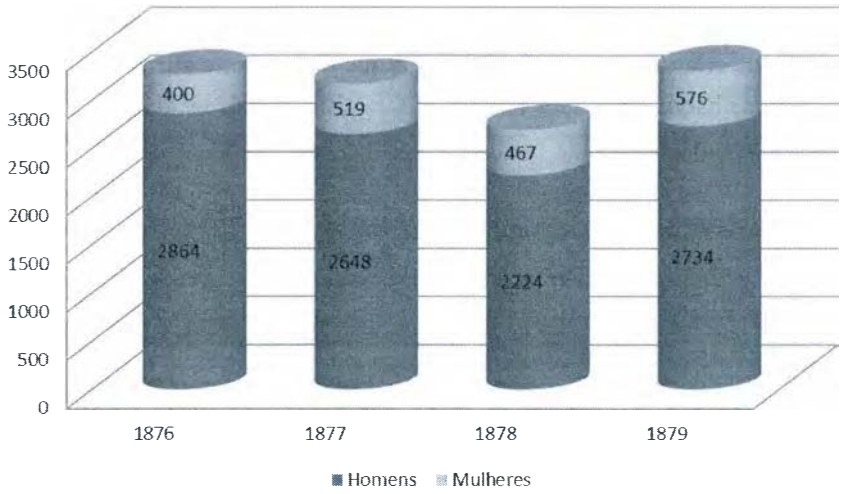


Quanto à distribuição anual dos emigrantes com destino ao Brasil, por género, verificamos que 9 703 (84,22 % dos titulares) são do sexo masculino, e apenas 978 (15,78 % dos titulares) são do sexo feminino. O número de titulares do sexo masculino corresponde, em cada ano, quase ao triplo dos titulares do sexo feminino (gráfico nº 4).

Esta redução no número de mulheres, para além das restrições jurídicas já previstas na lei portuguesa, parece ter ficado a dever-se também, à situação internacional. Por outro lado, é curioso verificar que o número inferior de mulheres permite-nos afirmar que a emigração neste período é marcadamente masculina.

Verificamos, igualmente que, quando as mulheres viajam, o número de acompanhantes é mais elevado, pelo simples fato de que, neste caso, as mulheres levavam consigo os seus filhos, tratando-se assim de uma emigração familiar.

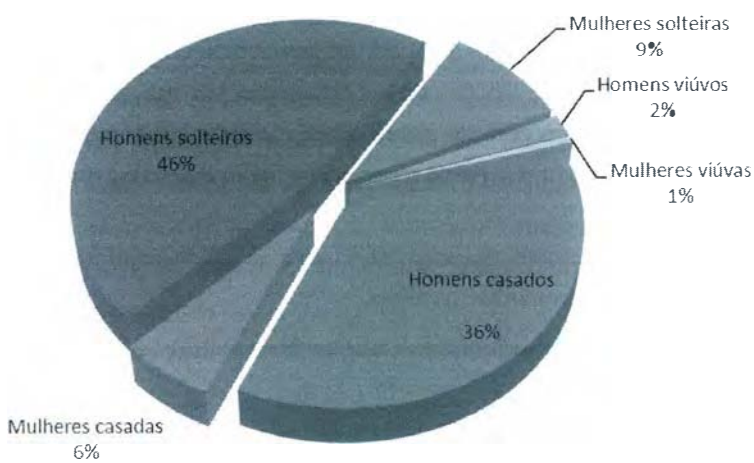
GRÁFICO 4. Distribuição anual dos emigrantes com destino ao Brasil, por género (1876-1879)



Ao analisarmos a distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto, por estado civil (gráfico nº 5), vemos que o estado civil "solteiro" ocupa a maior fatia dos emigrantes (46%), ultrapassando em 10% o número de casados, sendo que a importância dos solteiros e dos viúvos é ainda pouco significativa. Assim sendo, e cruzando os dados com a distribuição por género, verificamos claramente que o grupo de emigrantes mais volumoso era, de fato, constituído por homens solteiros.

De acordo com o levantamento das fontes documentais, registamos, quanto aos titulares de passaportes 5 712 solteiros, 4 487casados e 239 viúvos.

GRÁFICO 5. Distribuição anual dos emigrantes com destino ao Brasil, por estado civil (1876-1879)

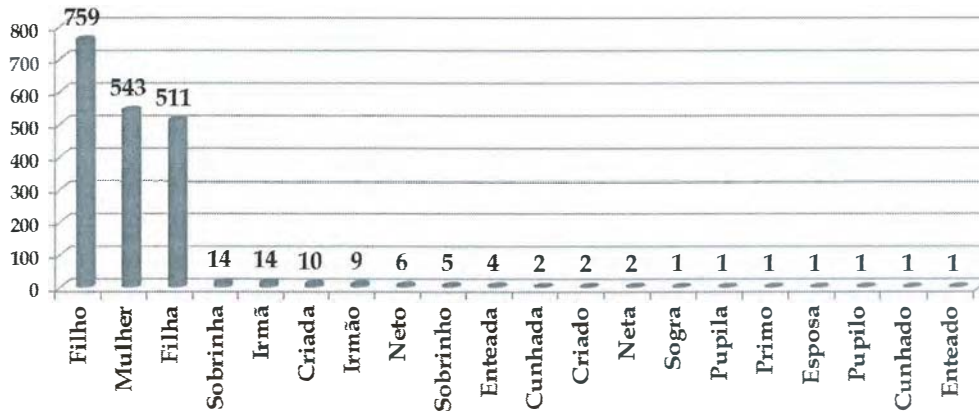


Quanto aos acompanhantes dos titulares de passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, importa desde já dizer que ao falarmos de acompanhantes, falamos essencialmente de filhos, uma vez que representam num total de 1270 acompanhantes, 67,27%, (40,20% quanto a crianças do sexo masculino e 27,07% de crianças do sexo feminino), o que nos permite afirmar que os pais viajavam cada vez mais acompanhados pelos seus respetivos filhos, em vez de os deixarem em Portugal para um reencontro cada vez mais tardio.

As mulheres dos titulares de passaporte, em número de 543, representam 28,76% do total dos acompanhantes, a confirmar que, nestes anos, a emigração familiar era já bastante significativa. Se somarmos as mulheres e filhos acompanhantes, este universo representa 96,03% do total de acompanhantes.

Os restantes 4% estavam repartidos entre sobrinhas, irmãs, criadas, irmãos, netos, sobrinhos etc. não ocupando, por isso grande expressão.

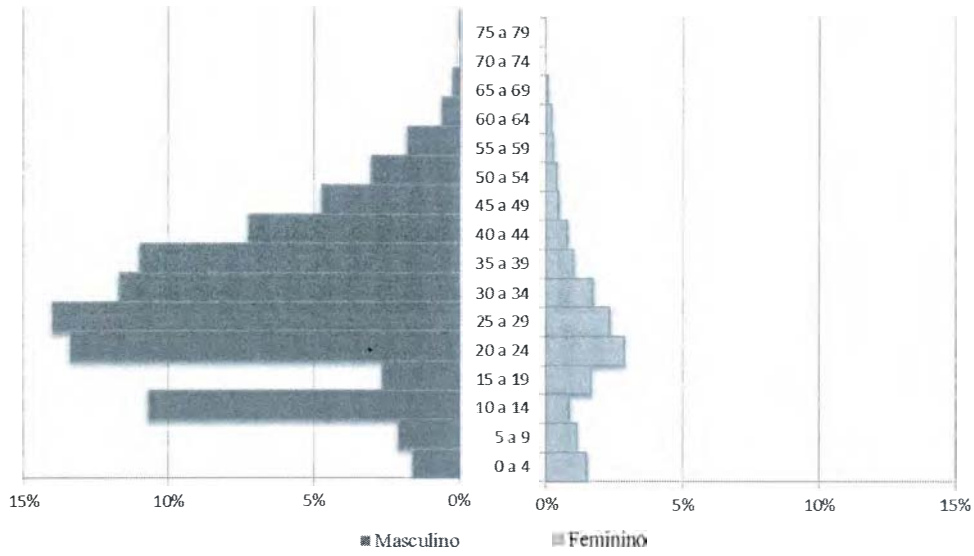
Gráfico 6. Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por grau de parentesco (1876-1879)



No que respeita à distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários, a emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil, tal como a emigração portuguesa em geral, revela-se predominantemente masculina, com exceção do grupo dos 10-14 anos integrado no número de acompanhantes, situa-se entre os 20 e 40 anos, (58%) atingindo o maior relevo o grupo etário dos 25-29 anos (gráfico nº 7).

A partir dos 60 anos o número de emigrantes reduz-se substancialmente, pressupondo que os mais idosos vão sobretudo a acompanhar os filhos.

GRÁFICO 7. Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por grupos etários (1876-1879)



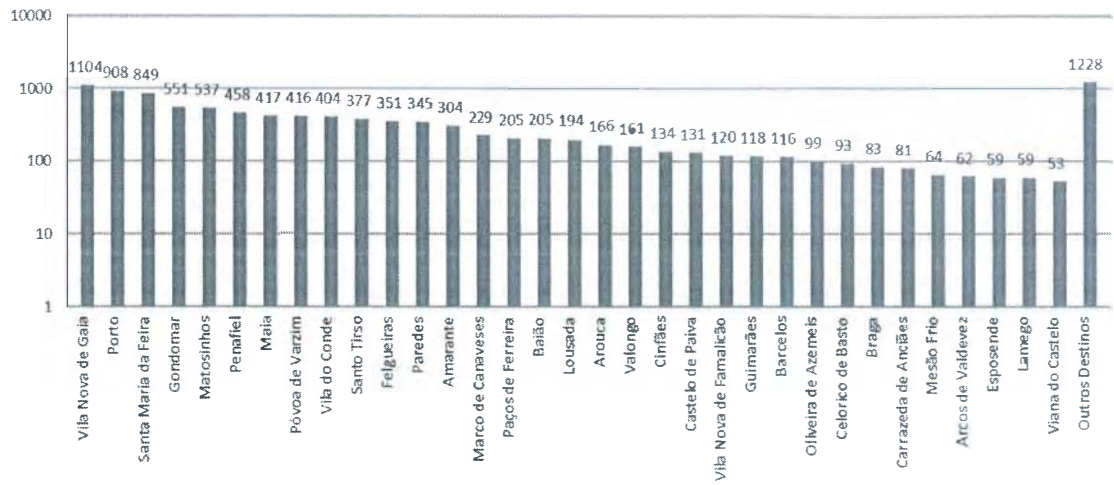
Quando analisamos os concelhos de naturalidade dos titulares de passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, verificamos que a maioria esmagadora pertence ao distrito do Porto e em segundo plano aos distritos do Norte de Portugal. Em geral, os requerentes declaravam o distrito do Porto como a sua área de naturalidade ou residência, visto que as normas legais estabeleciam que a solicitação do passaporte deveria ser feita no Governo Civil da naturalidade ou residência do imigrante.

Nesta análise considerámos apenas os titulares de passaporte, não contemplando os acompanhantes, (a naturalidade destes não consta nos registos de passaportes), mesmo sabendo que a maioria dos acompanhantes, por pertencerem, como já vimos, à família dos titulares de passaporte, tinham a mesma naturalidade dos titulares a que estavam agregados. Destacamos apenas os 33 concelhos de naturalidade mais representativos, por uma questão de leitura gráfica, pois correspondem a 88,51% da totalidade de emigrantes que requisitaram passaporte, demonstrando-se, assim, que estes municípios pertencem ao Norte de Portugal o que fundamenta um recrutamento de emigrantes da base regional.

No indicador "outros concelhos", agrupamos dezenas de municípios, maioritariamente do Norte de Portugal, mas também de outras regiões do país. A grande maioria destes concelhos apresenta muito fraca representatividade, uma vez que mais de 90 apresentam menos de 10 emigrantes, e desses, cerca de 40 apresentam apenas um emigrante, embora, no seu todo, assumam 11,50% da totalidade de titulares de passaportes.

Através da observação do gráfico nº 8, na qual optámos por utilizar uma escala logarítmica de base 10, dada a discrepância entre o valor mais elevado e os restantes e para que fosse percetível a respetiva análise comparativa, constatamos que é extraordinária a presença dos mais variados concelhos do Norte de Portugal nos registos de passaportes que pesquisámos.

GRÁFICO 8. Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por naturalidade (1876-1879)



Analisada que está a proveniência dos emigrantes que requisitaram passaporte no Governo Civil do Porto para o Brasil, centremo-nos agora na sua classificação socioprofissional, tendo em atenção que não dispomos de informação quanto à profissão de 1601 emigrantes (gráfico nº 9). Em primeiro lugar, torna-se indispensável referir que existe um elenco muito extenso de denominações das atividades socioprofissionais dos emigrantes registados, a revelar que a atração pelo fenómeno migratório constituía uma realidade transversal às mais diversas profissões.

Desta forma, optámos por reduzir as designações socioprofissionais dos titulares de passaporte às 30 mais representativas, comprovando precisamente a grande variedade a nível da distribuição socioprofissional, não tão enraizada às tarefas agrícolas e mais dispersa. A designação com maior representatividade é a de negociante, com um total de 1 753 pessoas, pois são, os que têm mais peso na emigração registada pelo Governo Civil do Porto, representando 15,31% do total.

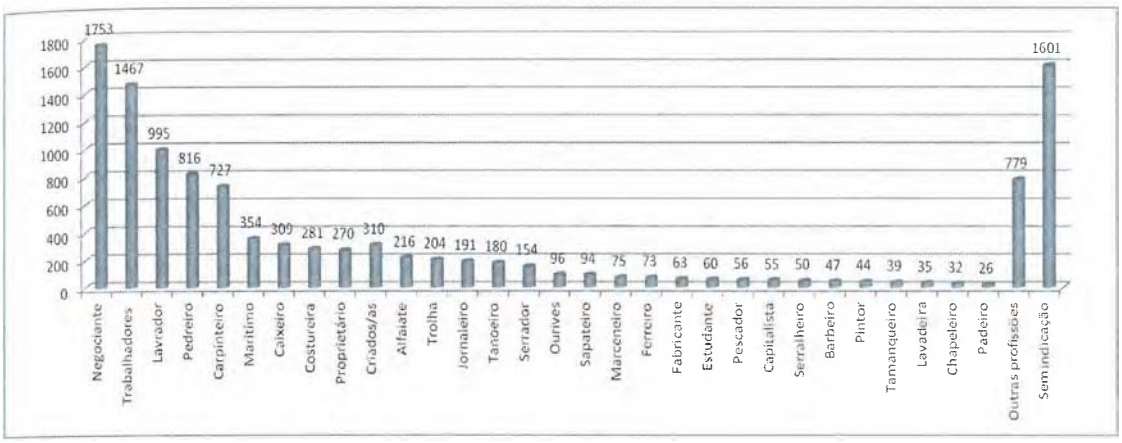
Contudo, devemos ter em atenção que, se atendermos ao número de lavradores e jornaleiros e aos trabalhadores referidos, que representam 12,81% do total de emigrantes, e se os considerarmos como oriundos do setor agrícola, então, este grupo será o mais significativo, o que corresponde aquilo que sabemos quanto à estrutura socioprofissional do país.

Nas fontes documentais consultadas surge apenas a referência a "trabalhador", expressão que era usada para designar os indivíduos sem qualquer especialização, pois maioritariamente trabalhavam onde conseguissem emprego, regra geral, na terra.

É importante realçar que a maior parte da emigração registada através dos livros de registo de passaportes é, como vimos, proveniente de regiões do Norte de Portugal e não apenas da cidade do Porto. Ou seja, esses emigrantes eram originários de zonas rurais, onde a atividade predominante era a agricultura. Instalar-se-iam na zona urbanizada do Porto, para procurar novas oportunidades de trabalho, ou simplesmente deslocavam-se a esta cidade para fazerem o pedido de passaporte, uma vez

que a emissão de passaportes pertencia ao governador civil do Porto. O mais importante a reter é, pois a grande diversidade de profissões registadas, corroborando o que Nuno Simões, embora tratando de outra época que não a nossa, escreveu dizendo que os portugueses no Brasil se ocupavam "em todos os ramos da atividade".[6]

GRÁFICO 9. Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por profissões mais representativas (1876-1879)



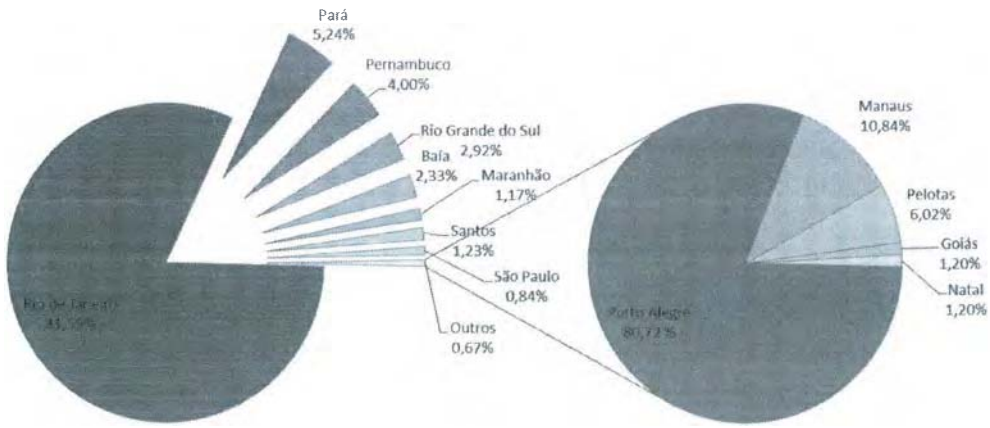
Relativamente ao destino dos emigrantes, verificamos desde logo que o porto de chegada privilegiado foi o Rio de Janeiro (gráfico nº 10), tendo este Estado, em principio acolhido mais de 80% da população emigrante registada pelo distrito do Porto com destino ao Brasil, seguido do Pará como segundo destino mais significativo, embora bastante afastado da ímpar corrente para o Rio de Janeiro, acolhendo 5, 24% dos emigrantes. Estes foram principalmente os dois Estados mais favorecidos, já que mais de 86% do número de emigrantes registados neste período, se dirigiram para estes portos.

No entanto, não podemos esquecer que os valores apresentados nem sempre traduzem a realidade. É manifestamente difícil conhecer os trajetos individuais dos nossos emigrantes, após a chegada ao destino, pelo que estes dados refletem somente "a porta de entrada" dos emigrantes portugueses no Brasil, ou seja, tanto podiam acabar por se fixar nessas cidades portuárias, como podiam deslocar-se para outras regiões, à procura de uma oportunidade de trabalho.

No seguimento desta ideia, interessa também conceber que muitos teriam a verdadeira intenção, por um lado, não de se estabelecer nas cidades onde aportavam, mas procurar chegar, a partir dali, ao seu destino principal, prosseguindo em direção às localidades onde detinham um contrato de trabalho. Independentemente de o Rio de Janeiro e o Pará constituírem o destino onde mais emigrantes aportaram, são efetivamente, os respetivos Estados que, ainda hoje, se registam as comunidades de origem portuguesa mais numerosas.

6 SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, p. 37.

GRÁFICO 10. Distribuição dos emigrantes por destino no Brasil (1876-1879)



Conclusão

Em jeito de conclusão, o nosso trabalho procurou, neste sentido, dar um contributo rigoroso e original para o conhecimento da emigração portuguesa no século XIX com destino ao Brasil enquanto país que acolhia mais de 90% dos emigrantes do Norte de Portugal, permitindo-nos assim, conhecer com profundidade este fenómeno num período (1876-1879) em que se assiste a uma pequena redução do volume dos efetivos migratórios para o Brasil, que tem a ver porventura, com os anos anteriores, que se sucederam ao final da Guerra do Paraguai (1864-1870), em que a emigração portuguesa foi bastante elevada, e que vai ser retomada logo a partir de 1879, uma tendência crescente que se manterá até 1884.

Do estudo apresentado, é possível traçar o perfil do emigrante que partiu de Portugal para o Brasil entre 1876 e 1879. Trata-se, regra geral, de indivíduos do sexo masculino, sobretudo solteiros, com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos de idade, e que exerciam as mais variadas profissões, não podendo nós deixar de salientar o elevado número de negociantes e caixeiros, assim com o de pedreiros e carpinteiros, a demonstrar que, nestes anos, grande parte dos emigrantes portugueses para o Brasil não pertenciam ao mundo rural. Eram, quase sempre, naturais do distrito do Porto e tinham como destino de eleição o Rio de Janeiro e Belém do Pará, sem sabermos se partem servidos por estes portos, ou se, a partir daí, se deslocam para outras zonas do Brasil, em função da reunificação de núcleos familiares, de redes sociais consolidadas, ou simplesmente da oferta de trabalho.

De qualquer modo, consideramos estas conclusões como provisórias, a necessitarem de um estudo mais amplo para confirmarmos ou não os resultados a que chegamos.

Fontes

PORTUGAL. Arquivo Distrital do Porto. *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto.* Livros 3309 a 3315 (7 volumes), 1935-1939.

PORTUGAL. *Movimento da população*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

RAMOS, Carlos Vieira. *Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes*. Lisboa: Tipografia Adolfo de Mendonça, 1913.

SOUSA, Fernando *et al*. *O Arquivo do Governo Civil do Porto*. Porto: Governo Civil do Porto, 1988.

Bibliografia

ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. "A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Faperj, 2007.

BAGANHA, Maria Ioannis *et al* (orgs.). *Emigração e imigração em Portugal*. Algés: Fragmentos, 1993.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (coord.). *História do século XIX*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

COSTA, Afonso. *Estudos de economia nacional: o problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. "Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional". In: SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

_____. "A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano". *População e Sociedade*, nº 14, Parte I. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007.

REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

REIS, Jaime. "A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913". *Análise Social*, Lisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nº 96, 1987.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.

_____ (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.